

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1 Aquisição de **MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE** para atender às necessidades das SECRETARIAS MUNICIPAIS, SUBPREFEITURAS E FUNDAÇÃO D. JOÃO VI, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	<b>Requisitante:</b>	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística
1.3	<b>Fundamentação legal:</b>	Pregão Eletrônico, via Sistema de Registro de Preço Art. 28, inciso I, c/c art. 17, §2º c/c art. 78, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21.
1.4	<b>Período:</b>	1 (um) ano
1.5	<b>Tipo:</b>	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 14.133/21, art 33, inciso I.

**2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE
<b>01 EXCLUSIVA</b>	<b>481012</b>	<b>ÁLCOOL LÍQUIDO ANTISSEPTICO 70%</b> , álcool etílico hidratado 70%, antisséptico e bactericida (largo espectro de ação). Embalagem plástica contendo 1.000ml, com dados de identificação, procedência, data de fabricação e tempo de validade (Validade mínima de 12 meses, a contar da data de emissão da Nota Fiscal).Com certificação ecológica (Rótulo ecológico ABNT, Cerflor, FSC ou similar).  <u>Marcas de Referência: Montenegro, Adata, Archote e Tupi.</u>	UN	<b>1.000</b>

<b>02 EXCLUSIVA</b>	<b>449798</b>	<p><b>DETERGENTE EM GEL</b>, concentrado, desengordurante, acondicionado em recipiente de plástico, com no mínimo 400g ou ml, fórmula biodegradável e hipoalergênico, o rótulo deve estar de acordo com a legislação vigente e constar de forma clara as seguintes informações: instruções de uso, precauções, registro nos conselhos: Regional de Química e Regional de Saúde, composição do produto, conteúdo da embalagem, prazo de validade (Validade mínima de 24 meses, a contar da data de entrega do produto), nome, CGC e endereço do fabricante.</p> <p><u>Marcas de Referência: Ypê e Limpol.</u></p>	UN	<b>3.000</b>
<b>03 EXCLUSIVA</b>	<b>456546</b>	<p><b>SANITIZANTE</b>, germicida, a base de UFENOL, embalagem plástica com 750 à 1.000 ml, com rótulo de acordo com a legislação vigente, contendo de forma clara informações como: nome do produto, finalidade, instruções de uso e precauções. Validade mínima de 24 meses a contar da data de emissão da Nota Fiscal.</p> <p><u>Marcas de Referência: UFE, Creolina e Mazocresol.</u></p>	UN	<b>300</b>
<b>04 EXCLUSIVA</b>	<b>263091</b>	<p><b>VASSOURA DE PELO SINTÉTICO</b>, com base de aproximadamente 60 cm em madeira, cabo de madeira plastificado com no mínimo 120cm, fixado por rosca, cerdas macias com aproximadamente 8cm de altura.</p>	UN	<b>60</b>

2.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746 de 29 de setembro 2022.

2.3 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 33.998/23.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1 Tal aquisição se faz necessário para atender as demandas do Almoxarifado Central que atende as Secretarias, Subsecretarias, Subprefeituras e Fundação D. João VI.

4.2 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Atender as necessidades do Município no que tange à promoção de condições adequadas para o desenvolvimento das atividades laborais dos servidores.

5.2 Adoção de critérios e práticas de sustentabilidade pela contratada com utilização de mecanismos de otimização de recursos/redução de desperdícios/ menor poluição, tais como:

5.2.1 Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e poluentes;

5.2.2 Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

5.2.3 Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição.

5.3 Os produtos deverão estar em embalagens originais, com as datas de fabricação, não superior a 6 (seis) meses na data de entrega do produto.

## 6. EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1 O fornecimento será efetuado de acordo com a solicitação do Almoxarifado Central, no endereço abaixo, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

Nome do requisitante:	<b>ALMOXARIFADO CENTRAL</b>
Endereço:	<b>Endereço: Rua Clarindo da Rosa Teixeira, nº 130 - área A - Conselheiro Paulino - Nova Friburgo – RJ.</b>
Horário de entrega:	<b>Horário de entrega: de segunda à sexta-feira das 09:00 horas às 14:00 horas.</b>

6.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;



6.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

6.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 7. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

7.1 Com a finalidade de garantir as especificações dos itens, para melhor atendimento ao interesse do Órgão Requisitante, através de suas Secretarias, Subprefeituras e Fundação D. João VI, a Secretaria de Infraestrutura e Logística, se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s) ofertado(s).

7.2 A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter informações quanto às características, tais como: data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto e marca;

7.3 O prazo para apresentação da(s) amostra(s) será de 05 (cinco) dias úteis, que será contado a partir da solicitação feita pelo pregoeiro durante a sessão pública.

7.4 As amostras deverão ser entregues, na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, endereço: **Av. Alberto Braune, 224 (Prédio da OI), Centro - Nova Friburgo - CEP 25613-001, no horário de 09h às 16h.**

7.5 A Secretaria de Infraestrutura e Logística prevê 5 dias úteis para análise da(s) amostra(s) apresentada(s). Serão verificadas as propriedades, funcionalidade e durabilidade, visando pleno atendimento do descritivo e garantia da qualidade.

7.6 Após análise do produto apresentado, a Secretaria avaliadora comunicará ao Pregoeiro se a amostra foi aprovada, se obedecer a todos os critérios, ou reprovada, na falta de pelo menos um deles. Caso não seja aprovada, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente.

7.7 Serão desclassificadas as empresas que não apresentarem as amostras dentro do prazo previsto.

7.8 Não será admitida, **em nenhuma hipótese**, troca/substituição de marca do produto ofertado após aprovação da amostra, ou seja, a Contratada deverá entregar o produto exatamente nas mesmas condições que fora aprovado. O não cumprimento desde subitem, permitirá por parte da CONTRATANTE, aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

## 8. GESTÃO DO CONTRATO

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, abaixo relacionados:

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Fabiana Pereira Martins	063.017	Gestor Titular
Luciana Brantes dos Santos Lima	100.286	Gestor Substituto
Nilton Leopoldino da Costa	000.691	Fiscal Titular
Luciano Satilio	199.192	Fiscal Substituto

8.3.1 - O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.3.2 - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

8.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

8.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

8.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8.6.1 - A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

8.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.9 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.10 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de Pregão, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, c/c art. 17, §2º c/c art. 78, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21, que culminará em uma Ata de Registro de Preços para atender os setores já mencionados por 1 (um) ano..

9.2 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos e estarão descritas em Edital de Licitação.

9.3 Os critérios de habilitação econômico - financeira a serem atendidos pelo fornecedor também estarão previstos em Edital de Licitação.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município. A contratação será atendida pela seguinte dotação:



10.1.1	<b>Elemento de Despesa:</b>	<b>33.90.30-04</b>
10.1.2	<b>Fonte de Recurso:</b>	<b>170500000020</b>
10.1.3	<b>Programas de Trabalho:</b>	<b>08.002.04.122.00012.002</b> Manutenção dos Serviços Administrativos e Apoio à Execução dos Programas

10.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

**CNPJ: 28.606.630/0001-23**

**ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO**

**NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-00**

## 11. DA LIQUIDAÇÃO

11.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2480 de 30 de outubro de 2023 e Decreto nº 2493 de 07 de novembro de 2023.

## 12. DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 2480 de 30 de outubro de 2023 e Decreto nº 2493 de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- ✓ Negativa de Débitos Trabalhistas;
- ✓ Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- ✓ FGTS;
- ✓ PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- ✓ Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- ✓ Estadual CND – referente ao ICMS.

12.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, além do número do empenho, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

12.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

### **13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/2021.

12.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

13.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

13.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

13.3.1 Advertência;

13.3.2 Multa:

13.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

12.3.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura.

12.3.2.3 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

12.3.2.4 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;



13.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

13.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

13.4 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

13.5 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

13.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/2021.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.

Nova Friburgo, 27 de dezembro de 2023.

**Responsável pela elaboração:**

**Izabela Silveira Lengruber**

*Matrícula: 115.232*

**De acordo:**

**Gabriel Costa Wenderroschy**

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

Mat.: 62.775